



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: Formação Profissional do/a Assistente Social)

A formação em Serviço Social: breve caracterização dos cursos de Serviço Social de Lisboa

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho¹
Cassiane Fernandes de Souza²
Jussarah Rodrigues da Fonseca³
Lara dos Santos Pianissoli⁴
Lislie Tainara de Oliveira Houanye⁵

Resumo: O presente estudo analisou a trajetória do Serviço Social em Portugal, a partir de sua institucionalização no Estado Novo e a influência da Igreja Católica até os dias atuais. Os procedimentos metodológicos incluíram análise documental e revisão bibliográfica. A pesquisa documental buscou identificar aspectos que conformam a formação em Serviço Social nas escolas de Lisboa na contemporaneidade, posterior às adequações ao Processo de Bolonha. Os dados mostram que os cursos de Serviço Social de Lisboa seguem as orientações de Bolonha.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação profissional; Processo de Bolonha. Lisboa.

Abstract: This study analyzed the trajectory of Social Work in Portugal, from its institutionalization in te Estado Novo and the influence of the Catholic Church to the presente day. Methodological procedures include document analysis and bibliographic rewiw. The documentar esearch sought to identify aspects that adaptation of the Bologna Process. The data shows that Social Work courses in Lisbon follow the Bologna guidelines.

Keywords: Social Work, Lisbon schools; professional training; Bologna process; Lisbon.

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela universidade Estadual de Londrina Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Email: kathiuscia@uel.br

²Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina, Estagiária na Secretaria de Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, Membro do Grupo de Pesquisa “Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social em Portugal da mesma universidade e-mail: cassiane.fernandes0@uel.br.

³ Assistente Social, residente técnica na SEDEF - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Família, Membro do Grupo de Pesquisa “Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social em Portugal da mesma universidade, e-mail: sarah.fonseca@uel.br.

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrin, bolsista IC do projeto de pesquisa Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social em Portugal, da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: larasantos.p43@uel.br.

⁵ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina, Membro do Grupo de Pesquisa “Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social em Portugal da mesma universidade, email: lislief.tainara147@uel.br.



1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado parcial de estudos empreendidos em projeto de pesquisa⁶ e objetiva compreender as características do Serviço Social em Portugal, a partir da realidade das escolas de Lisboa. Para tanto aborda o desenvolvimento histórico e as transformações contemporâneas do Serviço Social em Portugal, destacando sua interação com o contexto sociopolítico e as influências da Igreja Católica. Ao longo das décadas, o Serviço Social em Portugal passou por uma série de mudanças significativas, moldadas pelo regime autoritário do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, e posteriormente influenciado pelo processo de democratização e integração europeia.

Desde sua institucionalização durante o Estado Novo, o Serviço Social em Portugal foi caracterizado por uma abordagem autoritária e corporativista, diferenciando-se dos modelos de Estado Social presentes em outros países europeus. Sob a forte influência da Igreja Católica, o regime procurou coordenar e fiscalizar as ações sociais, conferindo à Igreja um papel central na assistência pública e na formação de elites católicas para participar ativamente no governo.

As escolas de Serviço Social, como o Instituto de Serviço Social de Lisboa e a Escola Normal Social em Coimbra, desempenharam um papel crucial na institucionalização da profissão, moldando a sua identidade e prática. Ao longo das décadas seguintes, especialmente nas últimas décadas do século XX, o Serviço Social em Portugal passou por transformações marcantes, influenciadas pela busca por modernização e pela introdução de influências norte-americanas na base teórica.

O século XXI trouxe consigo novos desafios e oportunidades para o Serviço Social neste país, incluindo o impacto do Processo de Bolonha na formação profissional, a crescente pressão neoliberal e a necessidade de adaptação a um ambiente em constante mudança. Este artigo analisa essas mudanças, destacando os avanços e desafios enfrentados pela profissão, bem como suas implicações para a qualidade da formação e o exercício profissional dos assistentes sociais em Portugal, bem como busca caracterizar brevemente o Serviço Social a partir da realidade das 5 (cinco) escolas de Lisboa, sendo: Universidade Lusíadas, Universidade Católica de Lisboa, Universidade Lusófona de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas das Universidade de Lisboa.

⁶ Projeto de Pesquisa: "Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social em Portugal", da Universidade Estadual de Londrina.



2 A Formação Profissional do Serviço Social em Portugal, com ênfase nas escolas de Lisboa.

O desenvolvimento do Serviço Social em Portugal está entrelaçado com o contexto sociopolítico do Estado Novo e as influências da Igreja Católica. Sob a liderança de António de Oliveira Salazar, o Estado Novo de 1933 a 1945 desempenhou um papel crucial na institucionalização do Serviço Social no país. Durante o Estado Novo, Portugal adotou uma abordagem autoritária e corporativista, diferenciando-se dos modelos de Estado Social presentes em outros países europeus. A resposta singular à Questão Social incluiu a coordenação e fiscalização das ações sociais por iniciativas privadas, sob a forte influência da Igreja Católica. No I Congresso Nacional em 1934, a delegada Condessa de Rilvas fez uma intervenção propondo a criação de uma escola de Serviço Social, segundo Pimentel (2011) a Condessa considerava essa criação uma forma de assistência a ser prestada aos anormais físicos, psíquicos e sociais.

As escolas de Serviço Social, mais especificamente o Instituto de Serviço Social de Lisboa, estabelecido em 1935, e a Escola Normal Social em Coimbra, fundada em 1937, desempenharam um papel fundamental nesse processo de institucionalização. Estes centros de formação moldaram a identidade e a prática do Serviço Social em Portugal, ancorada na Doutrina Social da Igreja e na ciência social de Le Play, com nuances do pensamento positivista. Ao longo das décadas seguintes, especialmente nas últimas décadas de 1950 e 1960, o Serviço Social em Portugal passou por transformações significativas. O Decreto Lei 30.135 de 1939 definiu o primeiro plano de estudos do curso de Serviço Social, mas foi somente quatro anos depois que essa estrutura foi consolidada. A busca por influências norte-americanas na base teórica, evidenciada pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa na década de 1960, reflete a aspiração por modernização diante das novas demandas sociais (COELHO, 2018; MARTINS, 2008).

A mudança no currículo do Instituto de Serviço Social de Lisboa durante a década de 1960 demonstra essa transição. A introdução de disciplinas de filosofia, ciências sociais e psicologia simbolizam uma abertura para uma formação mais abrangente, afastando-se dos preceitos doutrinários do regime fascista. O foco metodológico associado ao diagnóstico social e à técnica de "Serviço Social de Casos", propostos por Mary Richmond, indica uma mudança nas práticas profissionais, anteriormente mais alinhadas com uma abordagem assistencialista. Santos & Martins (2016, pg.326) ressaltam que:

[...] A formação profissional é repensada por meio de encontros entre as três escolas de Serviço Social existentes até o ano de 1979 (ISSSL, ISSS de Coimbra e ISSSP)



para análise, discussão e reelaboração coletiva dos planos curriculares da formação à luz do novo quadro teórico-ideológico.

A partir dos anos 1960, uma renovação mais nítida e a influência crescente das ciências sociais na formação dos assistentes sociais foram observadas. Profissionais e estudantes ligados a grupos católicos progressistas e politicamente resistentes à ditadura moldaram a profissão de maneira mais progressista e comunitária. O Serviço Social em Portugal, representado principalmente pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa, “abraçou” projetos de desenvolvimento comunitário, marcando uma notável transição em relação ao seu papel anteriormente mais assistencialista.

Nesse cenário de transformação, tensionado entre abordagens conservadoras e reformistas, o Serviço Social em Portugal, especialmente nas escolas de Lisboa, viu emergir uma nova visão a partir dos anos 1960, indicando uma fase de renovação e modernização (AMARO, 2012). Este período dinâmico não apenas reflete as particularidades do Estado Novo, mas também destaca as adaptações e resistências que moldaram a profissão ao longo do tempo, delineando as bases para o seu profissionalismo contemporâneo. Neste momento, o Serviço Social português teve contato com publicações latino-americanas, fruto do Movimento de Reconceituação, em especial, contato com o Serviço Social brasileiro por meio de exilados da ditadura brasileira. Para Martins (2009) este momento de interação foi muito importante para as mudanças que ocorreram na formação profissional em Portugal, causando a recusa à neutralidade da profissão, pautada na influência norte-americana.

Os novos conceitos adquiridos com a aproximação teórica e ideológica entre Brasil e Portugal impulsionou o Serviço Social português na luta pelo reconhecimento como licenciatura, isto é, como um curso universitário superior, além da qualificação acadêmica do corpo docente português. O Decreto-lei n. 100-B/85 que possibilitou o processo de reconhecimento do Serviço Social como licenciatura⁷, prevendo que as universidades privadas (que eram as que ofereciam os cursos de Serviço Social) também pudessem conceder o diploma de licenciatura, desde que tivessem um quadro de docentes qualificados e um órgão de gestão científica em pedagogia.

[...] a formação separa-se definitivamente da sua origem confessional e é assumida pelo corpo de professores, alunos e trabalhadores não docentes, que se constituíram como base jurídica de suporte, arrogando-se como entidade laica (NEGREIROS, 1999, p. 271).

⁷ Em Portugal, a licenciatura é o grau máximo de formação no âmbito do primeiro ciclo, ou seja, na graduação. Um curso é reconhecido como curso superior universitário apenas se for certificado como licenciatura. Os cursos bacharéis não são considerados cursos universitários, mas cursos técnicos.



Nessa nova perspectiva de formação, destaca-se o processo de readequação dos cursos de Serviço Social dos ISSS de Lisboa, Porto e Coimbra às exigências para a obtenção do grau de licenciatura. Esse processo fomentado pelo o intercâmbio de cooperação científica entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP — e o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e posteriormente do Porto, com o objetivo de qualificar o corpo docente dos dois institutos (COELHO; GUEDES, 2021).

Em 1986 a PUC-SP fechou o acordo com o ISSSL e a partir de 1987 passou a ofertar cursos de Mestrado para docentes e outros profissionais de Serviço Social. Em 1988 a PUC-SP assinou o acordo com o ISSSP, e passou a ofertar o primeiro curso de mestrado em Serviço Social no Instituto a partir de 1991. O reconhecimento do curso de Serviço Social como curso de Licenciatura em 1989 e o acordo entre a PUC-SP e os ISSSP (Institutos Superior de Serviço Social em Portugal), foram fundamentais para o reconhecimento do Serviço Social como área de pesquisa, e para a efetivação do saber científico na formação.

O início do século XXI trouxe consigo significativas mudanças e desafios para o Serviço Social em Portugal. O crescimento exponencial na oferta de cursos de licenciatura nos anos 2000 expandiu a presença da profissão no panorama educacional português. No entanto, este crescimento quantitativo não se traduziu automaticamente em melhorias qualitativas, uma vez que a adaptação ao Processo de Bolonha, juntamente com a crise econômica e as políticas de austeridade, impuseram desafios substanciais para a formação e o exercício profissional dos assistentes sociais.

A influência anglo-saxônica, intensificada pela entrada de Portugal na União Europeia, introduziu novas abordagens e perspectivas ao Serviço Social português. A crise do capital e a crescente pressão neoliberal moldaram o cenário, favorecendo a privatização de serviços sociais e a redução dos investimentos públicos. Os assistentes sociais viram-se diante da exigência à adaptar-se.

A década de 2000 testemunhou a implementação de uma série de reformas no ensino superior português, alinhadas às diretrizes europeias. No entanto, a ausência de normas específicas para a regulamentação da formação em Serviço Social e a falta de um currículo mínimo da profissão suscitaram questionamentos sobre a qualidade e consistência dos programas educacionais. A flexibilidade do modelo de Bolonha, apesar de buscar a harmonização, trouxe desafios significativos para a manutenção da identidade e especificidade da formação em Serviço Social. A crise econômica global de 2008 e as subsequentes medidas de austeridade em Portugal impactaram profundamente o Estado Social e, conseqüentemente, o papel e as condições de trabalho dos assistentes sociais. A privatização de serviços sociais e a transferência da responsabilidade para a sociedade civil alteraram as práticas profissionais, enfatizando a dependência do empregador e a necessidade de controle e fiscalização da população.



2.1 O Processo de Bolonha: a realidade do ensino superior na Europa

A partir de 1990, a reforma do ensino superior na Europa, notadamente o processo de Bolonha, teve consequências significativas na formação do Serviço Social. Uma das mudanças mais notáveis foi a introdução de um sistema de créditos para padronizar o ensino superior, com ênfase na internacionalização da educação e na sua percepção como um mercado em expansão. O Serviço Social não escapou a essas mudanças. Em Portugal, onde não havia legislação específica que regulamentasse a profissão, foi necessário adaptar-se ao novo contexto. Apesar da resistência inicial de algumas entidades e grupos de pesquisa, como a Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS), houve uma adaptação às novas exigências (COELHO, 2018, p. 29).

Segundo Wielewicky e Oliveira (2010), o marco inicial ocorreu em 1998, durante um encontro de ministros da educação de quatro países - Alemanha, França, Itália e Reino Unido - que culminou na Declaração de Sorbonne, destacando o papel das universidades no desenvolvimento cultural da Europa. No entanto, em 1999, este processo foi substituído pela Declaração de Bolonha, assinada por 29 países e seus ministros da educação, com o propósito de uniformizar o sistema educacional e conduzir a Europa de forma científica e do conhecimento.

Este processo representa um marco na reforma do ensino superior, alinhado às orientações do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que reconhecem a globalização econômica e a sociedade da informação como indicadores de reorganização do mercado de trabalho, exigindo uma formação e qualificação dos trabalhadores (COELHO, 2018, p. 221).

O Processo de Bolonha foi considerado a maior operação de harmonização das formações, certificados e qualificações no contexto europeu. Como uma política educacional supranacional, revolucionou o ensino superior europeu, sendo reconhecido como a formalização da proposta de criação do Espaço Europeu do Ensino Superior (MEIRELLES, 2016). As propostas formuladas em Bolonha foram ratificadas em diversas conferências, como em Paris, que não apenas ratificou, mas também realizou uma avaliação do processo.

Alguns marcos importantes do processo podem ser apresentados de forma cronológica para uma compreensão didática dos eventos que impulsionaram esse processo. Conforme Wielewicky e Oliveira (2010), em 1999, houve uma necessidade de resgatar o papel da Europa na Educação Superior em nível global, promovendo a ideia da "Europa do conhecimento". No ano seguinte, em 2000, foi lançado um projeto piloto visando alinhar as estruturas educacionais da Europa. Em 2003, o comunicado de Praga estabeleceu três linhas



de ação, incluindo aprendizagem ao longo da vida, envolvimento dos estudantes na gestão e promoção do Espaço Europeu de Educação Superior.

No mesmo ano de 2003, houve a reafirmação dos objetivos de Bolonha e Praga, com a adição de medidas como a estreita ligação entre a Educação Superior e a pesquisa, a expansão do sistema de dois ciclos para incluir um terceiro ciclo para doutoramento e cooperação pós-doutoramento, e a defesa da diversidade dos perfis acadêmicos. Em 2005, os ministros expressaram o desejo de avançar em vários aspectos até 2007, incluindo a elaboração de referências e linhas de orientação para garantir a qualidade, estabelecimento de quadros nacionais de qualificações, emissão e reconhecimento de diplomas conjuntos, incluindo doutoramentos, e a criação de oportunidades para percursos flexíveis de formação no ensino superior, incluindo disposições para validação de competências.

No Comunicado de Londres, em 2007, os esforços para promover a mobilidade e a comparabilidade da certificação foram destacados e reiterados. A internacionalização recebeu destaque tanto nas discussões quanto nos compromissos futuros. As dimensões de qualidade da UNESCO e da OCDE foram estabelecidas como parâmetros para o diálogo internacional, e a empregabilidade dos egressos foi reconhecida como uma questão central. O comunicado de Louvain, em 2009, fez um balanço positivo da primeira década do processo, reiterando os fundamentos do Processo de Bolonha como base para as políticas até 2020. Termos como inovação, criatividade e modernização foram enfatizados, destacando a importância da autonomia universitária, inseparável do financiamento público para o ensino superior.

2.3 Breve categorização dos cursos de Serviço social de Lisboa a partir das adaptações ao Processo de bolonha

Conforme tratado no item anterior, o Processo de Bolonha alterou o cenário do ensino superior europeu, orientando para a flexibilização e o aligeiramento da formação, bem como a mobilidade acadêmica de estudantes e docentes. Tais mudanças estão diretamente vinculadas ao movimento do capital em todo o mundo e tem sustentáculo na conversão dos processos educativos em mercado globalizado, cujos parâmetros possuem natureza econômica e política. O ensino superior passa a estar sob imperativos e deveres de competitividade econômica europeia, em vez da satisfação das necessidades sociais (COELHO, 2018). Por meio da instituição de órgãos e normativas, Portugal adequou-se rapidamente ao Processo de Bolonha, buscando consolidar as reformas propostas por Bolonha para a Europa.

Atualmente Portugal possui 17 (dezessete) cursos de licenciatura em Serviço Social, 6 (seis) ofertados em instituições públicas e 11 (onze) em instituições privadas. Dos 17 (dezessete) cursos, 12 (doze) localizam-se em universidades ou institutos universitários e 5



(cinco) encontram-se em institutos politécnicos. Existem ainda 11 (onze) programas de pós-graduação, nível de mestrado, e 3 (três) programas de pós-graduação de doutoramento.

A partir do levantamento de dados referente aos cursos de Serviço Social de Lisboa, identificamos o seguinte cenário:

Quadro 1: Caracterização das escolas de Lisboa

SILGLA	INSTITUIÇÃO	NATUREZA	TIO DE ENPSINO	DURAÇÃO DO CURSO	REGIME – DIURNO OU PÓS-LABORAL (noturno)
ULusíada	Universidades Lusíada	Privada	Universidade	3 anos	Diurno
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa	Pública	Universidade	3 anos	Pós-laboral
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa (ULISBOA)	Pública	Universidade	3,5 anos	Diurno e pós-laboral
Lusófona-L	Universidade Lusófona de Lisboa	Privada	Universidade	3 anos	Diurno
UCP Lisboa	Universidade Católica Portuguesa de Lisboa	Privado/Confessional	Universidade	3 anos	Diurno

Fonte: as autoras.

Os dados acima demonstram que as escolas lisboetas estão em consonância com as características das demais escolas portuguesas. Em relação à natureza da instituição, o índice geral é de 35% de oferta dos cursos de Serviço Social em instituições públicas, no caso das escolas de Lisboa, o índice representa 40%. Neste sentido, a maioria dos cursos de Serviço Social em Lisboa são ofertados em escolas privadas e/ou confessionais (60%).

No que tange o tempo de duração dos cursos, percebe-se que as escolas de Lisboa já se adequaram as orientações de Bolonha. A duração dos cursos de Serviço Social nessas escolas são em 80% dos casos de 3 anos, ou seja, 4 de 5 escolas. Apenas uma escola tem a duração de 3,5 anos, sendo o estágio o único componente curricular ofertado no último semestre.

Ao contrário de outras formações, como a psicologia, a arquitetura, a medicina, o direito e algumas engenharias, que optaram por mestrado integrado, isto é, uma formação integrada de cinco anos, que atribui o grau de licenciado (três anos) e o grau de mestre (5 anos), a comissão responsável pela adequação de Bolonha, em Portugal, adotou outro princípio para as ciências sociais e humanas: os cursos das ciências sociais deveriam funcionar com o modelo tripartido – licenciaturas, mestrado e doutoramento em separado. Este modelo afetou, significativamente, o ensino e a



formação do Serviço Social em Portugal. Tradicionalmente, a formação do Serviço Social, em Portugal, era de 4 anos, passando a ser, na década de 1990, de cinco anos. Desta forma, a formação foi “obrigada” a reduzir os anos formativos e a promover mestrados e doutoramentos em programas separados (CARVALHO *et al*, 2013, p. 207).

A fim de identificarmos aspectos gerais da formação em Serviço Social em Lisboa, buscamos analisar os Planos de Estudos⁸ dessas escolas. Como forma de preservar a identidade das escolas nessas informações iremos denominá-las de forma aleatória como Escola 1, 2, 3 4 e 5. Iremos versar neste item sobre a relação entre as disciplinas específicas e gerais que compõem a matriz curricular dessas escolas. A denominação de disciplina específica é realizada pela própria escola e é citada desta forma nos documentos publicados oficialmente (decretos). Nas disciplinas gerais, ou seja, nas disciplinas que não são consideradas específicas, as escolas também identificam a área a qual esta disciplina se refere, como: economia, direito, psicologia, entre outros. No entanto, não sendo objeto deste estudo neste momento, nos limitamos a analisar a relação entre as disciplinas específicas e áreas gerais, conforme quadro abaixo.

Quadro 2: Caracterização dos Plano de Estudos das escolas de Serviço Social de Lisboa

Escola	Disciplinas Específica	CH (créditos)	%	Disciplinas Gerais	CH (créditos)	%	CH Total do curso (créditos)
1	15 disciplinas	99 (81 + 18 estágio)	55%	14 disciplinas	81	45%	180
2	16 disciplinas	105 (70 + 35 estágio)	58%	16 disciplinas	75	42%	180
3	11 disciplinas	84 (54 + 30 estágio)	50%	16 disciplinas	84	50%	168
4	19 disciplinas	112 (73 + 39 estágio)	62%	14 disciplinas	68	38%	180
5	16 disciplinas	113 (63 + 49,5 estágio)	71%	9 disciplinas	46	29%	159

Fonte: as autoras.

O quadro acima demonstra que a quantidade de disciplinas específicas é maior em todos os cursos de Serviço Social de Lisboa. Nas 5 (cinco) escolas, o percentual de disciplinas do Serviço Social ficam em torno de 50 à 70%. No entanto, uma informação se faz relevante: esse percentual inclui a carga-horária de estágio, a qual em muitas escolas tem um índice considerável. Neste sentido, se excluirmos a carga-horária de estágio, o percentual de conteúdos considerados específicos da profissão acaba sendo o mesmo, ou em determinados

⁸ Planos de Estudos em Portugal correspondem a matriz curricular no Brasil.



momentos, até inferior aos conteúdos gerais. Neste sentido, é possível perceber que não há destaque para os conteúdos do Serviço Social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória sócio-história da formação em Serviço Social em Portugal muitas foram as mudanças: a profissão nasce atrelada à perspectiva religiosa e ao Estado Novo e posteriormente se vincula ao Serviço Social norte-americano. A revolução dos Cravos em 1974 e o contexto contestador aproxima o Serviço Social de uma perspectiva crítica, com destaque para a interlocução com o Serviço Social brasileiro através do Protocolo de Cooperação Científica entre as escolas portuguesas e a PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

No entanto, o cenário que se segue, em especial, após a entrada de Portugal na União Européia inclinam o Serviço Social à Europa. Fato marcante desta inclinação é a adequação do ensino superior ao Processo de Bolonha. Atualmente, todas as escolas de Serviço Social do país, ou seja, as 5 (cinco) escolas analisadas neste artigo, já realizaram adequações necessárias às exigências de Bolonha, atendendo a pressão neoliberal e as orientações do mercado.

Ao analisar brevemente as características das escolas de Serviço Social de Lisboa, constatamos que estas seguem as orientações do Processo de Bolonha. A duração dos cursos tem em média 3 anos e a matriz curricular é organizada em disciplinas específicas do Serviço Social, que compõem em média 50% da carga-horária e disciplinas gerais, as quais possuem relevância nos conteúdos da formação profissional dos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS:

AMARO, Maria Inês. **Urgências e emergências do serviço social: fundamentos da profissão na contemporaneidade**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2012.

CARVALHO, Maria Irene de; PINTO, Carla (Org.). **Serviço social: teorias e práticas**. Lisboa: Pactor, 2014.

CARVALHO, Maria Irene et al. O sistema de ensino em serviço social pós-Bolonha: uma visão crítica. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 197-220, jan./jun. 2013.

COELHO, Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira. **A Formação Profissional em Serviço Social no Brasil e em Portugal: encontros e desencontros**. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. (Texto cedido pela autora).



COELHO; Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira; GUEDES, Olegna de Souza. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas.

Revista Serviço Social e Sociedade, n. 142, p. 549-567, set/dez, 2021

MARTINS, Alcina. **Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português** – a escola normal de Coimbra. *Intervenção Social*, Coimbra, n. 11, 1995.

MARTINS, Alcina. **Serviço social e investigação**. In: NEGREIROS, Maria Augusta Gerales et al. *Serviço Social: profissão e identidade: que trajetória?*. Lisboa: Veras, 1998. (Cadernos do futuro).

MARTINS, Alcina. **70 anos de formação em serviço social em tempos de ditadura e de democracia**: da escola normal superior ao Instituto Miguel Torga. *Interações*, Campo Grande, n. 17, p. 21-44, 2009.

MARTINS, Alcina Maria de Castro; SANTOS, Cláudia Mônica dos. A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. **Revista Katálasys**, Florianópolis, v. 9, p. 324-332, out./dez. 2016b.

MEIRELLES, Catharina Marinho. **Reformas no ensino superior: a regulação dos docentes das universidades públicas de Portugal**. 2016. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PIMENTEL, Irene Flunser (2011) - **A cada um o seu lugar, a política feminina do Estado Novo**. Lisboa: Editoras Temas e Debates e Círculo de Leitores.

SILVA, Teresa Paula Garcia Rodrigues da. **A primeira escola de serviço social em Portugal**: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955). 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2016.

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy; OLIVEIRA, Marlize Rubin. **Internacionalização da educação superior**: processo de Bolonha. Ensaio: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 215-234, jun. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2024.